



## Senado analisa até o dia 15 MP sobre licitações da Copa

Já aprovada na Câmara, medida provisória gerou polêmica por criar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), com o qual o governo espera moralizar as licitações de obras para a Copa. Oposição discorda



Sylvio Coutinho

**A** polêmica medida provisória (MP 527/11) que estabelece regras para licitações de obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas deverá ser votada pelo Plenário até 15 de julho, caso contrário perderá a validade.

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 17/11), a MP institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para licitações e contratos

necessários à realização da Copa das Confederações, em 2013, à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. O projeto também cria a Secretaria de Aviação Civil, instituindo cargos em comissão, de controlador de tráfego aéreo e de ministro da pasta.

Uma das novidades do RDC é o uso da contratação integrada nas licitações para permitir a redução de custos. **3**

Obras do Mineirão, em Belo Horizonte: previsão é de que o estádio receba jogos da Copa das Confederações em 2013

**Rolleberg: juro zero para recuperação ambiental **4****

**Relator, Viana defende debate aberto sobre novo código **4****

**Simplex pode favorecer mais 13 áreas de atividades **7****

**Desinformação e medo, armas do tráfico de pessoas **2****

**CAE examina indicação de Márcio Fortes para a APO **3****

**O desenvolvimento do Ceará é Assunto de Estado**

Debate AO VIVO com os senadores:  
Eunício Oliveira (PMDB), Inácio Arruda (PCdoB) e José Pimentel (PT)  
Hoje, às 21h30, na TV Senado

Assunto de Estado

Participe pelo Alô Senado  
0800 612211  
www.senado.gov.br/alosenado  
Twitter: @tvsenado

**15** ANOS



Assessor da Contag, Eliziário Toledo (E) defende tratamento diferenciado para pequenos produtores no Código Florestal

### Agricultura familiar cobra espaço no novo código

Os ruralistas e os ambientalistas estão polarizando as discussões sobre o projeto de Código Florestal. A reclamação foi feita em debate promovido na sexta-feira pelas comissões de Meio Ambiente e de Agricultura, presididas

pelos senadores Rodrigo Rolleberg e Acir Gurgacz. As duas comissões promovem outra reunião conjunta nesta semana, quando pretendem discutir o assunto com representantes da comunidade científica. **5**



Segunda edição do programa *Assunto de Estado* vai ao ar hoje, às 21h30, ao vivo pela TV Senado. Telespectadores podem enviar perguntas pelo Twitter, telefone ou internet



Presidente da CCI, o peemedebista Eunício Oliveira é um dos debatedores



Qualidade de vida também será tema, com a participação de Inácio Arruda



Ex-ministro da Previdência, Pimentel exerce primeiro mandato de senador

## Bancada do Ceará debate na TV desenvolvimento do estado

A TV SENADO apresenta hoje, às 21h30, a segunda edição do programa *Assunto de Estado*, desta vez com a bancada do Ceará. Os senadores Eunício Oliveira (PMDB), Inácio Arruda (PCdoB) e José Pimentel (PT) debaterão, ao vivo, questões ligadas ao desenvolvimento e à qualidade de vida no estado, terceira maior economia do Nordeste.

O programa tem uma hora e meia de duração e é transmitido direto dos estúdios da emissora em Brasília, nas noites das segundas-feiras, reunindo três senadores de uma bancada estadual. É conduzido pelos jornalistas Armando Rollemberg e Antônia Márcia Vale e tem transmissão simultânea pela Rádio Senado e cobertura da Agência Senado.

Os telespectadores podem participar por meio do Twitter (@tvsenado), do Alô Senado

(0800-612211) e pelo formulário de mensagens disponível na página do Senado Federal ([www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado)). Questões ligadas ao crescimento e dificuldades enfrentadas nos 184 municípios cearenses poderão ser enviadas com antecedência ou em tempo real.

### Primeira edição

*Assunto de Estado* estreou no dia 13 de junho, quando reuniu a bancada paulista. Eduardo Suplicy (PT), Aloysio Nunes (PSDB) e Marta Suplicy (PT) debateram problemas e soluções para o transporte no estado. Eles responderam a perguntas de telespectadores de todo o Brasil, além de questões trazidas pelos apresentadores do programa e especialistas. A TV Senado opera com sinal aberto UHF em 13 cidades brasileiras, incluindo Fortaleza (CE).

### Serviço

Programa *Assunto de Estado* recebe a bancada do Ceará

#### EXIBIÇÃO

Segunda, 4 de julho, às 21h30

#### CANAIS FECHADOS

■ 07 NET ■ 118 SKY ■ 183 TVA ■ 903 Oi ■ 121 Via Embratel

#### CANAIS ABERTOS

■ Brasília (DF), canal 51 UHF (geradora da rede) e 50.1 digital UHF ■ Gama (DF), canal 36 UHF ■ São Paulo (SP), canal 61.3 digital UHF ■ Salvador (BA), canal 53 UHF ■ João Pessoa (PB), canal 40 UHF ■ Recife (PE), canal 55 UHF ■ Manaus (AM), canal 57 UHF ■ Natal (RN), canal 52 UHF ■ Macau (RN), TV Litorânea, canal 22, emissora de TV afiliada à TV Senado ■ Cuiabá (MT), canal 55 UHF ■ Fortaleza (CE), canal 43 UHF ■ Rio Branco (AC), canal 16 UHF ■ Rio de Janeiro (RJ), canal 49 UHF (zona oeste)

## CPI investiga tráfico de pessoas em Manaus

A CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil promoveu na última sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Amazonas, a primeira de dez audiências públicas regionais para discutir o aliciamento de indivíduos de ambos os sexos para fins de exploração sexual.

A dificuldade de obter informações precisas sobre o crime e a deficiência da legislação foram o foco da reunião em Manaus. Além da presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), participaram a relatora, Marinor Brito (PSOL-PA), o secretário de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas, Carlos Lélío Lauria, e o representante da Superintendência da Polícia Federal (PF) no Amazonas, Roberto de Jesus Câmara.

Segundo informações da Secretaria Executiva-Adjunta de Segurança Pública do Amazonas, uma mulher pode ser vendida pelo tráfico de pessoas pelo preço de US\$ 100 a US\$ 1,6 mil. Segundo o delegado da PF Roberto Câmara, não há inquéritos instaurados neste ano

para apurar o crime de tráfico de pessoas no Amazonas.

– Poucas são as denúncias que chegam até nos – afirmou.

O tráfico de seres humanos movimenta, a cada ano, em torno de R\$ 32 bilhões e é a maior fonte de recursos do crime organizado. De acordo com a senadora Marinor Brito, o enfrentamento desse tipo de crime é difícil, pois nem mesmo as vítimas querem denunciar.

– Temos indícios de que autoridades fazem vista grossa ao problema, como se isso fosse coisa do cotidiano – lamentou.

### Internet

A CPI foi criada em 24 de abril e deverá funcionar por 120 dias. A comissão vai apresentar, ao final de seus trabalhos, propostas legislativas destinadas a coibir essa prática criminosa. Já foi criada, inclusive, uma página especial na internet para receber denúncias de endereços na rede mundial que atraíam pessoas para submetê-las a esse tipo de exploração. Os denunciadores têm garantia

de anonimato.

Uma das linhas de investigação seguidas pela comissão tem como foco o recrutamento de supostas modelos via internet. O objetivo é apurar a atuação de agências de modelos de fachada, que, na verdade, recrutariam mulheres para fins de prostituição. Quem levantou essa hipótese foi o presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares de Oliveira, que detém uma lista com cerca de 700 sites de recrutamento dessas profissionais, denunciados anonimamente à entidade.

Além de Manaus, a CPI vai passar por outras nove capitais. O trabalho da comissão deve cobrir o período de 2003 a 2011 e chegar a Belém, Macapá, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Campo Grande, Goiânia e São Paulo. Segundo Vanessa Grazziotin, a partir dessas audiências, será possível traçar um quadro nacional das ações penais contra o crime de tráfico de pessoas.

– O objetivo é melhorar o planejamento de ações e propor diagnósticos – esclareceu.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Segunda-feira

### Plenário Independência da Bahia

11h Sessão especial em comemoração ao Dia da Independência da Bahia. Às 14h, a sessão é não deliberativa, sem votação de projetos.

### CDH Funcionários do MRE no exterior

9h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos sobre a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores em consulados e representações. Convidado o presidente do Sindnações, Raimundo de Oliveira.

## Terça-feira

### CMA/CRA Código Florestal em debate

8h30 As comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária realizam audiência conjunta sobre a reforma do Código Florestal.

### Copa Subcomissão vinculada à CDR

9h Instalação da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com eleição do presidente e do vice.

### Emprego Trabalhadores na administração

9h Audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência para analisar a situação das fábricas administradas por trabalhadores. Paul Singer, do Ministério do Trabalho, é um dos convidados.

### Amazônia Encerramento de subcomissão

9h Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira vota a extinção da Subcomissão da Amazônia, criada em 2003.

### CAE Audiência com Alexandre Tombini

9h30 O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala à Comissão de Assuntos Econômicos. Às 11h30, a CAE sabatina Márcio Fortes, indicado para presidente da Autoridade Pública Olímpica.

### CE Profissão de historiador e exame da OAB

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que regulamenta o exercício da profissão de historiador e examina proposta que determina prazo de validade do exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

### CPI do Ecad Plano de trabalho

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad se reúne para apreciação do plano de trabalho.

### Drogas Subcomissão ouve centrais sindicais

14h Audiência da Subcomissão de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros com a CUT, Força Sindical e Contag.

### Subcomissão Investimento no sistema tributário

14h O secretário-adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Pablo Pereira dos Santos, entre outros, debate investimentos na Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

### Reforma Análise de projeto

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa analisa projeto que altera o Regulamento Administrativo do Senado.

## Quarta-feira

### CCT Desenvolvimento e preservação

9h As alterações propostas no Código Florestal serão debatidas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Entre os convidados, Carlos Afonso Nobre, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

### CAS Tratamento da obesidade

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que regulamenta o tratamento da obesidade. Outra proposta estabelece ajuda técnica na utilização de caixas eletrônicas por portadores de deficiência visual.

### CCJ PEC sobre eleição de deputados

9h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina a PEC que institui sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas para a Câmara dos Deputados e indicações para os conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público.

### CI e CAE Renovação de concessões

14h30 As comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos realizam audiência sobre a renovação de concessões. Entre os participantes, está o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica.

## Quinta-feira

### CI Infraestrutura de transportes

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina a indicação de Augusto César Carvalho de Souza para diretor de Administração do Dnit.

### Drogas Movimentos sociais

14h Audiência pública da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros sobre experiência de movimentos sociais na prevenção à dependência química.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



## Colegiado analisa indicação para presidência da APO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, amanhã, a indicação, feita pela presidente Dilma Rousseff, do diplomata e ex-ministro das Cidades no governo Lula, Márcio Fortes, para o cargo de presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO). A votação será secreta.

O relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), recomenda a aprovação e lembra que Márcio Fortes ocupou posições de destaque em sua carreira pública e em vários governos.

Márcio Fortes foi secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia na gestão do ministro Pratini de Moraes, em 1992, no governo Collor. No governo Itamar Franco, assumiu interinamente o Ministério de Minas e Energia em 1992, e presidiu o conselho de administração de várias estatais, entre elas Light, Furnas Centrais Elétricas, Eletrosul Centrais Elétricas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Também foi membro dos conselhos de administração da Itaipu Binacional e da Eletrobras.

Durante o governo Fernando Henrique, Márcio Fortes foi secretário executivo do Ministério da Agricultura e presidiu os conselhos de administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Foi ainda secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, comandado pelo ministro Luiz Fernando Furlan, durante o governo Lula. Em 21 de julho de 2005, assumiu o Ministério das Cidades, onde permaneceu até o final do governo.



Roosevelt Pinheiro/ABR

Último cargo exercido por Márcio Fortes foi o de ministro das Cidades

## TJDFT tem cinco novos cargos de desembargador

A presidente Dilma Rousseff sancionou na quinta-feira a Lei 12.434/11, que amplia a estrutura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), criando cinco cargos de desembargador. O PLC 29/11, que deu origem à lei, foi aprovado pelo do Senado em 8 de junho.

A lei também cria 11 cargos em comissão e 39 funções comissionadas para atender aos gabinetes dos novos desembargadores. A ampliação da estrutura se deve ao aumento de processos encaminhados ao tribunal.

A medida foi modificada pelos deputados e perderá a validade se não for votada pelos senadores até 15 de julho. Na busca de melhor preço, o governo propõe regime diferenciado para os contratos das obras previstas para a Copa

# MP com regras para licitações das obras da Copa tranca pauta do Plenário



Início das obras da Arena Pantanal (Verdão), em Cuiabá: estádio terá uso múltiplo, para ser utilizado depois da Copa de 2014

Edson Rodrigues/Secom-MT

A POLÊMICA MEDIDA provisória (MP 527/11) que estabelece regras para licitações de obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas está trancando a pauta do Plenário e tem até o dia 15 de julho para ser votada, caso contrário perderá a validade.

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 17/11), a MP instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para licitações e contratos necessários à realização da Copa das Confederações, em 2013, à Copa do Mundo de 2014, e às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. O projeto também cria a Secretaria de Aviação Civil, instituindo cargos em comissão, de controlador de tráfego aéreo e de ministro da pasta.

Pelo texto aprovado na Câmara, o RDC tem por objetivos ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre licitantes; promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público; incentivar a inovação tecnológica; e assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Estão incluídas também obras de infraestrutura para aeroportos das capitais distantes até 350 quilômetros das sedes dos jogos.

A controvérsia refere-se ao sigilo dos orçamentos das obras. Os licitantes e o público terão acesso a essas contas somente depois de encerrada a licitação. A justificativa está na busca de melhores preços para o governo, dificultando a combinação de valores entre fornecedores ou entre empreiteiras. Mas diante das críticas após a aprovação do texto-base pela Câmara, os deputados acrescentaram emenda de redação para deixar mais claro o acesso estrito e permanente dos órgãos de controle interno e externo – como o Tribunal de Contas da União (TCU) – a esse orçamento.

Outra emenda aprovada pelos deputados retirou a possibilidade de uma Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) e o Comitê Olímpico Internacional (COI) exigirem mudanças nos projetos básicos e executivos de obras desses eventos sem limites para aumento do orçamento. A criação do RDC foi tentada pelo Executivo, sem êxito, nas MPs 489, 503, 510 e 521, todas de 2010.

## Pregões deverão utilizar, de preferência, o meio eletrônico

As licitações deverão ser realizadas, preferencialmente, por meio eletrônico, admitida também a presencial. Um regulamento deverá disciplinar o uso do mecanismo de disputa aberta, pelo qual os licitantes apresentarão suas propostas com lances públicos e sucessivos até se conhecer o vencedor. Se existir uma diferença de, pelo menos, 10% entre o melhor lance e o segundo colocado, deverá ser reiniciada a disputa aberta.

Poderá haver também uma negociação com o primeiro colocado para buscar condições mais vantajosas se o preço vencedor estiver acima do orçamento estimado para o objeto, que não poderá ser divulgado antecipadamente. Na aquisição de bens e serviços, será permitido o uso do critério do maior desconto oferecido pelos licitantes.

Os municípios terão prazo para contratar empréstimos para obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas até 31 de dezembro de 2013. Para a complementação de programas em andamento, sem vinculação necessária com os eventos esportivos, o prazo para a contratação de empréstimos foi reaberto. Esse

prazo acabou no dia 13 de abril deste ano, mas, pelo texto aprovado na Câmara, passará a ser de até dois anos contados da data de publicação da lei em que a MP for transformada.

### Consórcio

Nas licitações disciplinadas pelo RDC, será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio. A proposição também criou o procedimento denominado pré-qualificação permanente, pelo qual os governos envolvidos identificarão fornecedores que reúnam condições de habilitação e os bens que atendam às exigências técnicas de qualidade. O regulamento estabelecerá as condições em que poderá ser feita licitação restrita aos pré-qualificados.

Além da pré-qualificação permanente, são procedimentos auxiliares das licitações regidas pela proposição o cadastramento, o sistema de registro de preços e o catálogo eletrônico de padronização. O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição dos eventuais interessados.

## Petrobras já usa contratação integrada

Uma das novidades da proposição é o uso da contratação integrada nas licitações de obras e serviços de engenharia no âmbito do RDC, permitindo que todas as etapas de uma obra sejam feitas por uma única empresa. Esse tipo de contratação compreende elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo (mais detalhado para a execução completa da obra), execução de obras e serviços de engenharia, montagem, testes, pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Tal mecanismo já é utilizado pela Petrobras com base em seu regulamento simplificado (Decreto 2.745/98). Na Lei 8.666/93, que estabelece regras para licitações, não há esse tipo de contrato. Os projetos básico e executivo devem ser feitos por empresas diferentes.

No caso de contratação integrada, o edital deverá conter anteprojeto de engenharia que contemple os documentos técnicos para possibilitar a caracterização da obra ou serviço. O valor estimado da contratação será calculado com base nos preços praticados pelo mercado e nos pagos pela administração pública em serviços e obras similares, não sendo permitida a assinatura de aditivos.

## Iniciativa também cria a Secretaria de Aviação Civil

A MP também cria a Secretaria de Aviação Civil, vinculada à Presidência da República. Essa secretaria deverá formular, ordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento do setor e das infraestruturas aeroportuárias. Deverá também fazer estudos, planejamento

estratégico e aprovar planos para a área aeroportuária e aeronáutica. Essa proposta, bem como outras que tratam da organização da Presidência da República e dos ministérios, foi feita pelo Executivo na MP original e mantida no PLV.

As atuais competências do

Ministério da Defesa referentes à aviação civil devem ser transferidas à nova secretaria. Além do cargo de ministro de Estado para dirigir a secretaria, a MP cria 127 cargos em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS). Foi instituído ainda o Fundo Nacional de Aviação Civil,

de natureza contábil, vinculado à secretaria, com objetivo de tratar dos recursos do setor.

A MP também transformou o cargo de secretário nacional de Políticas Públicas sobre Drogas em assessor-chefe da Assessoria Especial do presidente da República.



## CCJ analisa indicações de três conselheiros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa depois de amanhã a indicação de dois nomes para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de um para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Os candidatos serão sabatinados e, se aprovados, seus nomes seguem para votação pelo Plenário.

Indicado para uma vaga no CNJ pelo Supremo Tribunal Federal (STF), José Roberto Neves Amorim é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, trabalhou como juiz entre 1984 e 2007. Foi professor de Direito e ministrou cursos a juizes na Escola Paulista de Magistratura.

José Lúcio Munhoz foi indicado ao CCJ pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa, em Portugal, iniciou a carreira como advogado e trabalhou como procurador-geral do município de Vargem Grande Paulista. Desde 1995, é juiz do Trabalho. Foi presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho de São Paulo e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), tendo recebido prêmios e condecorações no Brasil e no exterior.

### Ministério Público

O terceiro a ser sabatinado, Adilson Gurgel de Castro, foi indicado a uma vaga no CNMP pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), trabalhou como advogado e foi conselheiro e presidente da OAB-RN. Também foi conselheiro federal da OAB e juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Lecionou Direito em universidades e na Escola Superior de Advocacia da OAB-RN.

Presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg ressaltou o fato de várias comissões do Senado terem focado seu interesse na discussão de um Código Florestal adequado à produção agrícola e à criação de mecanismos de preservação

# Rollemberg defende juro zero para financiar recuperação ambiental

OS AGRICULTORES FAMILIARES devem ter acesso a financiamentos com juro zero para que possam promover a recomposição de áreas de preservação permanente em suas propriedades, defendeu o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O subsídio é justificável porque esses agricultores, ao recompor a vegetação de suas terras, estarão produzindo um bem coletivo.

– Para que possamos promover uma grande recuperação das áreas de preservação permanente no Brasil, fundamental para garantir a qualidade de nossos córregos e rios, é importante que haja incentivos econômicos para os pequenos produtores, para os agricultores familiares – afirmou.

O novo Código Florestal, acrescentou o senador, deve tratar de forma diferente os ocupantes de terras. É necessário distinguir as ocupações centenárias ou de dezenas de anos, cuja agricultura foi de-



Rollemberg vai integrar grupo de trabalho brasileiro para preparar Rio+20

senvolvida “quando a questão ambiental ainda não estava na pauta”, ocupando áreas hoje consideradas de preservação, como a proximidade de córregos; as áreas ocupadas por incentivos de programas governamentais, cujo uso do solo respeitou a legislação da época em que foram feitas; e aquelas em que, mesmo conhecendo a legislação ambiental, os proprietários desmataram crimino-

samente, para exploração ilegal da madeira.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Rollemberg também defendeu que o código trate diferenciadamente os produtores que utilizam técnicas modernas e reconhecidas mundialmente como manejos que contribuem para a sustentabilidade ambiental. Entre elas, citou técnicas de integração entre lavoura, pecuária e silvicultura e

técnicas de plantio direto.

Rollemberg comemorou o fato de o Senado ter dedicado quase toda a quinta-feira às questões ambientais. Ele elogiou as quase seis horas de debate com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em reunião conjunta da CMA e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Para ele, ficou claro que a revisão do código no Senado deve tratar da regulamentação e ocupação do solo, “muito importante para dar segurança e tranquilidade jurídica aos produtores rurais”, sem esquecer de criar “instrumentos econômicos que valorizem e incentivem a preservação”.

O senador agradeceu ainda ao presidente da Casa, José Sarney, sua indicação para representar o Senado no grupo de trabalho do governo brasileiro que prepara a participação na Rio+20, ao lado dos senadores Fernando Collor (PTB-AL), Cristovam Buarque (PDT-DF) e João Pedro (PT-AM).

## Gurgacz destaca audiência com Izabella Teixeira

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse na sexta-feira que a audiência pública realizada na quinta com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobre o novo Código Florestal, foi uma “vitória do entendimento”. A audiência foi promovida pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente.

Gurgacz, que é presidente da CRA, destacou que a reforma do Código Florestal precisa garantir a produção de alimentos de forma sustentável para que as futuras gerações não sejam prejudicadas.

Ele afirmou que concorda com a posição do governo de não anistiar desmatamento ilegal, mas reiterou que é preciso atenção à situação dos produtores que colonizaram a Amazônia.

## Para Viana, debate aberto aperfeiçoa o código

Depois de atribuir à política os problemas ligados à proposta do novo Código Florestal, o senador Jorge Viana (PT-AC) defendeu a criação de “um ambiente de debate franco, aberto, sereno e objetivo” sobre a matéria. Somente dessa forma, de acordo com ele, o Senado poderá produzir uma lei que sirva ao país e retire da insegurança jurídica o uso do solo por parte dos produtores.

Viana disse que o Senado inaugurou “da melhor maneira possível” as discussões sobre o projeto (PLC 30/11) com a participação da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em audiência na quinta-feira.

Relator da proposta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o senador afirmou que seu trabalho foi facilitado com o início do diálogo. Ele prevê que a maté-

ria seja aprovada no Senado até setembro. E espera que, com o posterior retorno do PLC à Câmara, o país tenha seu novo código até o fim do ano.

– Talvez o código seja a mais importante lei ambiental de nosso país e, neste momento em que o Brasil se firma como uma potência do agronegócio e da agropecuária de modo geral, é muito importante que

também seja uma referência do ponto de vista ambiental – acrescentou.

O parlamentar disse esperar que o Senado produza um código “à altura do Ano Internacional das Florestas”, às vésperas da Rio+20”, a conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável prevista para 4 a 6 de junho de 2012 no Rio de Janeiro.



Relator na CMA, Jorge Viana espera que Senado aprove a matéria até setembro



Senador destaca papel do MPF no combate à corrupção no estado

## Mozarildo celebra Ministério Público de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou os 20 anos de instalação do Ministério Público Federal (MPF) em Roraima. Ele aproveitou para conchamar os cidadãos do estado a continuar apoiando o combate à corrupção e fiscalizando as falhas nos serviços públicos. Para isso, sugeriu, as pessoas poderiam enviar denúncias ao órgão ou a seus representantes políticos.

– Não adianta o cidadão honesto ficar de braços cruzados ou de boca calada diante de coisas que ele vê que são ilegais. Se ele não puder fazer

a denúncia de maneira aberta, pode encaminhar, de forma anônima, para um deputado, um senador ou ao Ministério Público – afirmou.

Mozarildo destacou a análise feita pelo procurador-chefe do MPF no estado, Ângelo Goulart, sobre os 20 anos da atuação do órgão.

Ao jornal *Folha de Boa Vista*, o procurador-chefe disse que, em decorrência dos bons resultados, o órgão conquistou elevada credibilidade junto aos diversos segmentos sociais. Por isso, a própria sociedade passou a ser a que mais contribui

nas ações de fiscalização com resultados relevantes.

Junto com a Polícia Federal e outros órgãos, o MPF atuou nas investigações que possibilitaram, por exemplo, o desmonte de ações fraudulentas na área da saúde. De forma preliminar, a apuração indica desvio de remédios que envolvem prejuízo ao redor de R\$ 30 milhões. De acordo com Mozarildo, o Ministério Público Federal também se destaca na defesa da população indígena e atua de forma muito expressiva nos processos eleitorais.

## Requião lamenta morte de fundador do PMDB no PR

Na presidência da sessão de sexta-feira, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou pesar pela morte do ex-deputado Djalma de Almeida César, ocorrida de manhã, em acidente de carro. Conforme ressaltou, Djalma foi fundador do PMDB do Paraná e, além de deputado estadual e federal, atuou como secretário do Trabalho no seu governo.

– Registro aqui, em meu nome e em nome do Senado da República, os pêsames ao Reinaldo, seu filho, e à esposa. É uma tristeza e uma perda enorme para o Paraná – disse o senador.



## Relator quer produção com preservação

O relator do novo Código Florestal na CMA, Jorge Viana (PT-AC), afirmou que os senadores querem um “código com desenvolvimento, produção de alimentos e respeito ao meio ambiente”.

– O Brasil está devendo mais atenção à agricultura familiar – disse o senador, ao concordar com as reivindicações de alguns dos palestrantes.

Blairo Maggi (PR-MT) desejou que as disputas políticas fiquem de fora da discussão do código no Senado.

– Precisamos preservar os ativos ambientais para o futuro, mas também temos de nos preocupar com o presente – ponderou o senador.

Durante a audiência, Acir Gurgacz (PDT-RO) leu perguntas enviadas por telespectadores da TV Senado. Chegaram questões enviadas dos estados de São Paulo, Rondônia, Paraná e Rio de Janeiro, tratando de temas como empresas de “pesque-pague” e cultura de arroz em regiões montanhosas, por exemplo.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse estar preocupado, também, com o “desmatamento legal”. De acordo com o parlamentar, a atual legislação permite que até 80% de todo o Cerrado brasileiro seja convertido em áreas agricultáveis ou de pasto. Ele defendeu o aumento das áreas de reserva legal nesse bioma de grande biodiversidade e também a necessidade de o governo incentivar instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

– Se não houver incentivos econômicos, os pequenos produtores não vão conseguir recuperar suas reservas legais e APPs – declarou Rollemberg.

Participantes de audiência conjunta da CMA e da CRA pedem legislação ambiental clara, objetiva, focada na promoção do desenvolvimento sustentável e que não dependa de diversos decretos do Executivo para regulamentá-la



Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Leonardo Papp e Rodrigo Justus de Brito (D) ouvem a coordenadora de Meio Ambiente da Fetraf, Maria da Graça Amorim

## Produtor familiar deve ter tratamento diferenciado, dizem debatedores

A AGRICULTURA FAMILIAR deve receber tratamento diferenciado na redação do novo Código Florestal (PLC 30/11), de acordo com participantes da audiência pública promovida sexta-feira pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Consultor jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Leonardo Papp afirmou que a legislação ambiental precisa ter foco na promoção do desenvolvimento sustentável e de um ambiente ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável, o que não está contemplado no texto aprovado pela Câmara.

– O novo Código Florestal precisa trazer à legalidade quem produz e, ao mesmo tempo,

preservar a floresta em pé. Precisamos trazer para a legalidade os pequenos produtores, por exemplo. O atual Código Florestal criminaliza quem produz e não é eficaz na proteção da floresta – disse Papp, lembrando que o Brasil possui cerca de 7 mil cooperativas, que envolvem milhões de famílias do campo.

Ele também ressaltou a importância de o país ter mecanismos de regularização ambiental, principalmente no caso de pequenos produtores e da agricultura familiar. O consultor aproveitou para criticar a polarização da questão ambiental entre ambientalistas e ruralistas, o que, para ele, empobrece o debate e coloca à margem outros segmentos envolvidos.

O representante da OCB defendeu ainda a participação dos estados e do Distrito Federal na formulação da legislação

ambiental, em conjunto com a União. Para ele, a legislação ambiental brasileira ainda é muito burocratizada e necessita ser simplificada.

Na mesma linha, o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Eliziário Toledo, argumentou que a nova lei não pode tratar da mesma maneira os grandes agricultores e os produtores familiares, por serem realidades bastante distintas.

– O novo código precisa dar um tratamento diferenciado para a agricultura familiar. Falta no texto enviado pela Câmara uma diferenciação maior para essa camada – pontuou.

Toledo declarou ainda que a Contag não concorda com a anistia a quem já desmatou nem com a possibilidade de alguns proprietários ficarem isentos de recompor suas reservas le-

gais. Ele também reclamou que ambientalistas e ruralistas estão monopolizando o debate, o que deixa de lado a importância da agricultura familiar.

De acordo com ele, a Contag defende uma política governamental “mais contundente e incisiva” sobre incentivos financeiros para serviços ambientais, como a recomposição de áreas de proteção permanente (APPs) e de reservas legais.

Toledo reclamou que os avanços conquistados no setor ainda são tímidos e que o Brasil precisa definir quais os tipos de desenvolvimento serão melhores para a sua realidade.

– O Brasil já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. São quatro mil mortes anuais por intoxicação – disse, exemplificando um dos grandes problemas da agricultura brasileira, em sua opinião.

## Código será debatido em mais duas audiências nesta semana

As mudanças no Código Florestal sob a perspectiva da comunidade científica são tema de duas audiências públicas agendadas para esta semana.

Amanhã, o PLC 30/11 será discutido em reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e da Comissão de Agricultura (CRA). Foram convidados Elíbio Leopoldo Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências (ABC), e Helena Bonciani Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Os mesmos debatedores participarão de debate na Comissão de Ciência e Tecnologia, (CCT), na quarta-feira.

Além dos dois, a CCT deve receber Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

Carlos Afonso Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; João de Deus Medeiros, diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente; e Roberto Lorena, coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária do Ministério da Agricultura.

O Ipea divulgou no início do mês levantamento detalhado sobre as consequências do novo código para as áreas de proteção permanente e as reservas legais.

O PLC 30/11 está tramitando na CRA, CMA e CCJ. Na semana passada, foi ouvida a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

## Para federação, texto prejudica agricultura familiar

Ao afirmar que “os senadores têm nas mãos o destino da agricultura familiar”, a coordenadora do Meio Ambiente da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Maria da Graça Amorim, afirmou na audiência pública que o texto do Código Florestal que veio da Câmara dos Deputados é prejudicial ao setor.

– Vocês têm de escutar o povo e não votar o novo código aos trambolhões, como aconteceu na Câmara – declarou.

Para Maria da Graça, “embora necessite de atualizações, o atual Código Florestal não é responsável pelas dificuldades enfrentadas pela população do campo”. Na sua avaliação, “faltou ao Estado brasileiro uma política mais enérgica de cumprimento da lei”.

Depois de afirmar que a Fetraf é contra a anistia a quem desmatou, ela salientou que alguns dos grandes produtores rurais brasileiros “estão envolvidos não apenas com desmatamento, mas também com assassinatos de lideranças do campo e com trabalho escravo”.

– Para que tanta ganância com o meio ambiente? A conta é cobrada de todos. Uns poucos desmatam, mas todos pagam por isso – disse a coordenadora da Fetraf, afirmando que a maior incidência de enchentes pelo Brasil é um sinal de que o desrespeito ao meio ambiente acaba por prejudicar a todos.

De acordo com Maria da Graça, a agricultura familiar e a agricultura camponesa são responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos

que chegam às mesas dos brasileiros.

Assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus de Brito afirmou que a proposta aprovada pelos deputados “não atende a todos os anseios” dos representados pela entidade.

– Atualmente, o produtor rural é visto como delinquente ambiental – disse.

Rodrigo Justus de Brito defendeu que o Congresso Nacional precisa criar uma legislação clara e objetiva, que não dependa de inúmeros decretos do Poder Executivo para poder fazer efeito. O representante da CNA também pediu mais investimentos públicos em ciência e tecnologia e em assistência técnica e extensão rural.



Senador argumenta que, no caso de parceria para realização de obras, "o governo faz todas as concessões sonhadas pelos capitalistas, que detestam riscos, e, se o empreendimento der chabu, a conta é da viúva, quer dizer, do povo"

# Parceria público-privada no trem-bala pode causar prejuízo, adverte Requião

ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR) disse, na sexta-feira, estar preocupado com a possibilidade de o trem-bala que ligará Campinas (SP) à cidade Rio de Janeiro ser construído por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Ele informou que obra similar em Portugal, que utiliza muito essas parcerias, corre o risco de ficar inacabada em razão da crise que o país enfrenta, o que resultará em prejuízo apenas para o contribuinte.

– Parceria público-privada é assim mesmo: o governo faz todas as concessões sonhadas pelos capitalistas, que detestam riscos, e, se o empreendimento der chabu, a conta é da viúva, quer dizer, é do povo.

Requião também criticou a nomeação para cargos de direção em órgãos governamentais de pessoas com histórico de atuação no setor privado. Assim, obser-

vou, as decisões do Estado, como privatizações ou concessões, podem beneficiar diretamente esses empresários.

Em aparte, Blairo Maggi (PR-MT) disse que o valor orçado para o trem-bala brasileiro – em princípio, R\$ 18 bilhões – poderia ser investido em 7,5 mil quilômetros de ferrovias convencionais para transporte de passageiros.

## Tribunal de contas

Roberto Requião também comentou que o Tribunal de Contas do Paraná poderá ter dois conselheiros nomeados para a mesma vaga. O senador pediu à Mesa que informe ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, bem como ao ministro Ricardo Lewandowski, e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a situação. E pediu rápida atuação desses órgãos para impedir



José Cruz/Senado Federal

Requião critica nomeação de pessoas com histórico de atuação no setor privado

o que ele considerou um "fato inusitado" e uma "esdruxularia jurídica".

O senador relatou que a assembleia legislativa do estado sabatinou e escolheu para o cargo o ex-secretário de Educação de seu governo, Maurício Requião, que é seu irmão. Ações de seus adversários políticos, disse, afastaram o conselheiro por

acusação de nepotismo, mas foram consideradas indevidas. No entanto, ao julgar recurso feito ao STF, o ministro Lewandowski decidiu afastar Maurício Requião até o fim do processo. Por isso, o atual governo do Paraná declarou vago o cargo e decidiu nomear outro conselheiro, com a justificativa de que a decisão final pode demorar.

## Pinheiro: partidos deveriam ter denunciado hacker

Ao comentar as notícias de que o correio eletrônico da presidente Dilma Rousseff teria sido invadido quando ela ainda era candidata, o Walter Pinheiro (PT-BA) declarou que as pessoas que foram supostamente procuradas pelo hacker deveriam ter denunciado o fato. De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, o responsável pela invasão entrou em contato com representantes do PSDB e do DEM para tentar vender as mensagens obtidas, mas a oferta foi recusada.

– Eu diria que alguém prevaricou – disse o senador na sexta-feira, em Plenário.

De acordo com o dicionário *Houaiss*, uma das definições do verbo prevaricar é "faltar ao cumprimento do dever por interesse ou má-fé".

Ao defender a apuração do caso, Walter Pinheiro questionou por que as



José Cruz/Senado Federal

Invasão do correio eletrônico de Dilma merece apuração, diz senador

pessoas que receberam a oferta do hacker ficaram em silêncio.

– Será que recusaram e ficaram em silêncio após vasculhar e analisar as informações e concluir que não haveria dividendos eleitorais?

O senador ressaltou que há uma diferença fundamental entre quem faz invasões como a que teria ocorrido no caso de Dilma Rousseff e os hackers que invadem redes para questionar a segurança desses sistemas ou os programas com código fechado (por defenderem os chamados *softwares* livres).

## Lúcia Vânia cobra solução para endividamento dos estados

Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu que o Senado se mobilize para ajudar no processo de reaplicação das dívidas dos estados com a União. Ela afirmou, na sexta-feira, que os juros tornam as dívidas impagáveis, impedindo os governadores de realizar investimentos demandados pela população.

A senadora destacou projeto (PLS 392/07) que apresentou para autorizar a União e os estados a abaterem do cálculo do superávit primário despesas com investimentos em obras de infraestrutura. A medida, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pode recuperar a capacidade de gestão dos governos estaduais.

Lúcia Vânia reconheceu a importância do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, que saneou as finanças estaduais, e da Lei de Responsabilidade Fiscal na redução dos encargos das dívidas estaduais e na formação da cultura da disciplina fiscal. No entanto, acrescentou, o tamanho da dívida dos estados aponta hoje para a necessidade de reformulação dessas regras.

– A queixa é geral. Não procede apenas de uma região ou de estados administrados por governos de oposição. As unidades da Federação iniciaram o ano de 2011 pagando mais juros do que no mesmo período do ano passado – disse.

Conforme dados apresentados pela senadora, as despesas estaduais com juros da dívida aumentaram, em média, 30,7% nos dois primeiros meses de 2011, em comparação com o mesmo período do ano anterior, contra um aumento de receita de apenas 13,01% no mesmo período.



Marcia Kallume/Senado Federal

Senadora diz que receitas cresceram menos que despesas com juros

## CCJ analisa na quarta eleição por lista fechada

A eleição em lista fechada para deputados e vereadores, a instituição de cláusula de desempenho e o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais devem ser examinados na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As propostas foram elaboradas pela Comissão de Reforma Política do Senado.

A PEC 43/11 estabelece que os parlamentares da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas, das câmaras de vereadores e da Câmara Legislativa do Distrito Federal serão eleitos pelo sistema proporcional, "em listas partidárias preordenadas [o voto em lista fechada]". Os votos passariam a ser apenas no partido e não mais nos candidatos. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), vai em direção oposta à do projeto e apresenta texto substitutivo estabelecendo a eleição para deputados e vereadores em sistema majoritário, em que o número de votos do candidato é o que conta para a eleição. Jucá argumenta que "o eleitor não entende e não confia no sistema proporcional atual".

Jucá prevê que a mudança entre em vigor após a aprovação em referendo a ser realizado com as eleições de 2012. O senador também deu parecer contrário à PEC 23/11. Apresentada por Eduardo Suplicy (PT-SP), a proposta obriga a realização de eleições partidárias internas para a escolha dos candidatos.

Já o PLS 268/11 estabelece o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Seus defensores argumentam que seria uma solução para acabar com o chamado caixa dois. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), discorda, por acreditar que o financiamento público exclusivo reforçará essa conduta ilegal.

O PLS 267/11, por sua vez, determina cláusula de desempenho para funcionamento parlamentar e acesso ao rádio e à televisão. Pela norma, é concedido funcionamento parlamentar aos partidos com, no mínimo, três representantes de diferentes estados. O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ainda não apresentou seu parecer.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro\*  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Roberto Requião • Paulo Paim • Walter Pinheiro

\* Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle  
Reportagem: Cintia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP





Senador destaca que restos a pagar serão liberados se cumprirem requisitos legais

## Jucá elogia renovação de prazo de emendas

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), elogiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de prorrogar o vencimento do pagamento dos recursos de emendas parlamentares ainda não liberadas referentes ao Orçamento de 2009 – os chamados restos a pagar.

– Esse foi um pleito de muitos senadores e senadoras de que era importante haver essa renovação, e essa renovação foi autorizada pela presidente Dilma – assinalou.

Segundo o senador, a prorrogação não significa, no entanto, que todas as emendas serão atendidas. Conforme Jucá, os restos a pagar terão de passar por uma análise e serão pagos se cumprirem os requisitos legais.

Para ele, é preciso empenho dos ministérios e da Caixa Econômica para que os convênios pendentes sejam analisados com presteza.

### Eletronorte

Jucá também voltou a pedir entendimento entre a comunidade indígena de São Marcos (RR) e a Eletronorte. Segundo ele, há um convênio que prevê repasse de recursos da empresa para projetos da comunidade, mas os recursos estão atrasados. Em protesto, os índios estão dificultando a manutenção das linhas de energia que passam nas propriedades indígenas. As instalações elétricas levam energia da Venezuela para Boa Vista.

## Sarney: Congresso busca equilíbrio

O Congresso Nacional tem o mesmo dever do Poder Executivo de buscar equilíbrio no Orçamento geral da União, afirmou o presidente do Senado, José Sarney. A declaração foi feita em comentário sobre a proposta da ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, de reduzir o valor individual das emendas parlamentares – hoje de R\$ 13 milhões.

– Acho que o Congresso também tem o mesmo dever do governo – disse.

Na quarta-feira, a ministra Ideli Salvatti anunciou a prorrogação por três meses da validade de restos a pagar de 2009, oriundos em sua maioria de emendas parlamentares destinadas a estados e municípios, referentes ao Orçamento de 2009. O prazo acabaria na quinta-feira passada, mas foi estendido pelo governo até 30 de setembro.



José Sarney comenta proposta do governo de reduzir valor das emendas parlamentares

# Senado analisa ampliação das atividades favorecidas pelo Simples

Projeto de Ideli Salvatti inclui 13 novas atividades no regime diferenciado de tributação do Simples e é o segundo item da pauta de votações do Plenário

ESTÁ NA PAUTA do Plenário projeto que amplia o leque de atividades empresariais aptas a utilizar o Simples Nacional. Segundo item da pauta – depois da MP 527/11, que trata de regras de licitações para obras da Copa e das Olimpíadas –, o projeto (PLS 467/08 Complementar) inclui mais 13 áreas de atividades na atual legislação.

O Simples Nacional é o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, um regime tributário diferenciado e simplificado que visa favorecer pequenas empresas. De acordo com a Lei Complementar 123/06, microempresa é aquela que obtém, a cada ano, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240 mil. Já a empresa de pequeno porte deve ter receita bruta anual superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

A principal restrição ao ingresso de empresas no Simples Nacional está no

artigo 17 da Lei Complementar 123/06, que veda a participação de empresas prestadoras de serviços decorrentes de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural. Esse artigo proíbe também a utilização do regime tributário diferenciado às empresas que prestam serviços de instrutor, corretor, despachante ou qualquer tipo de intermediação de negócios.

Segundo a autora do projeto, a ex-senadora Ideli Salvatti, só deve haver distinção entre as empresas com relação ao faturamento ou receita bruta e não quanto à natureza da atividade profissional.

Ideli ressalva, no entanto, que algumas atividades de interesse público, como a financeira e a de fornecimento de energia elétrica, devem continuar excluídas do Simples. O projeto recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ex-senador Antonio Carlos Júnior.

### Novas atividades

- Medicina
- Medicina veterinária
- Odontologia
- Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, fonoaudiologia e clínicas de nutrição
- Fisioterapia
- Advocacia
- Serviços de comissariado, de despachantes e de tradução
- Arquitetura, engenharia, medição, testes, desenho e agronomia
- Corretagem de seguros
- Representação comercial
- Perícia, leilão e avaliação
- Auditoria e consultoria
- Jornalismo e publicidade



Obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco: atividades das pequenas empresas de engenharia podem passar a ter tratamento tributário diferenciado

## Alexandre Tombini comparecerá à CAE para falar sobre política monetária

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, comparece amanhã à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de prestar informações sobre a execução da política monetária brasileira. A audiência está marcada para as 9h.

De acordo com resolução do Senado, a CAE deve promover audiências públicas regulares com o presidente do BC “para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária”. As audiências devem ocorrer preferencialmente na primeira quinzena dos meses de fevereiro, abril, julho e outo-

bro, podendo haver alterações de datas decorrentes de entendimento entre a comissão e a presidência do banco.

Também amanhã, a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, vinculada à CAE, realizará a partir das 14h audiência pública sobre o tema “Sistema tributário brasileiro: investimentos”.

Para o debate foram convidados o consultor Clóvis Panzarini, o diretor executivo de Assuntos Tributários, Relações Trabalhistas e Ação Política e Financiamento da Associação Brasileira da



Presidente do Banco Central deve vir ao Senado para audiências públicas regulares sobre o tema

Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Hiroyuki Sato, e o secretário-adjunto de Políticas Microeconômicas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Pablo Pereira Fonseca dos Santos.

## Textos da reforma administrativa serão analisados amanhã

A Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa do Senado analisa amanhã, às 18h30, o substitutivo de Benedito de Lira (PP-AL) ao projeto que altera o Regulamento Administrativo da Casa (PRS 96/09). O texto foi apresentado no último dia 29, o que fez com que os trabalhos da subcomissão fossem prorrogados por mais uma semana.

O substitutivo agrupa o conteúdo de quatro emendas propostas por Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao parecer do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que vai apre-

sentar uma análise comparativa entre os dois textos.

As alterações dizem respeito a mudanças na nomenclatura e nas atribuições de cargos, estrutura da Consultoria Legislativa, reduções salariais e vinculação funcional de áreas relacionadas a atividades-fim do Senado ao Conselho de Administração. As duas primeiras emendas já haviam sido aprovadas pelo relator. As outras duas foram rejeitadas verbalmente, antes da apresentação do substitutivo.

O texto da reforma começou a tramitar no final de 2009, com base em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e discussões internas. A subcomissão, ligada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi criada em 2010, quando foi entregue o primeiro relatório.

Os trabalhos foram retomados em março de 2011, sob a presidência de Eduardo Suplicy (PT-SP). Também integra o colegiado Cícero Lucena (PSDB-PB), 1º secretário do Senado. O projeto ainda passará pela CCJ e pelo Plenário.



Cerca de 400 funcionários de representações diplomáticas brasileiras reivindicam reposição salarial, 13º salário, abono de férias e reclamam de carência de pessoal

## Audiência na CDH avalia mobilização de contratados do MRE no exterior

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, às 9h, audiência pública para discutir a situação de instabilidade jurídica dos funcionários de representações diplomáticas brasileiras chamados contratados locais.

Cerca de 400 desses funcionários, todos brasileiros, de 25 missões diplomáticas em 9 países, iniciaram a Operação Despertar, uma mobilização para denunciar o que consideram uma série de injustiças. Eles têm enviado cartas à presidente Dilma Rousseff, relatando sua situação.

Os contratados locais, que integram um grupo dos servidores públicos do serviço exterior brasileiro distinto dos demais, formalmente têm seus contratos

regidos pelas leis dos países em que trabalham. Eles protestam contra falta de reposição salarial, carência de pessoal e não pagamento de direitos como 13º salário e abono de férias.

A audiência foi requerida por Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH. Foram convidados o procurador-geral do Trabalho Otavio Brito Lopes; representantes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados e Organismos Internacionais (Sindnações); do Sindicato e da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores; da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB); e da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro (Asof).

### Paim comenta pesquisas sobre discriminação



Pesquisas que comprovam que as mulheres ganham, em média, 20% a menos que os homens; que as pessoas

com nível superior recebem mais do que as que não cursaram faculdade; e ainda que as pessoas negras sofrem mais discriminação em vários setores levaram Paulo Paim (PT-RS) a ocupar a tribuna na sexta-feira.

– Infelizmente, as mulheres ainda são discriminadas e, apesar dos grandes avanços que tivemos, esses dados provam que precisamos vir mais mudanças por aí – disse Paim, citando pesquisa do IBGE.

O senador afirmou também que estudo do IBGE comprova que é fundamental a juventude entender a importância do nível superior, que vem sendo cada vez mais exigido.

– Com relação aos negros, assinalo que dados do Ipea e do Ministério da Saúde confirmam a grande discriminação sofrida por essa camada da sociedade – destacou o senador.

### Cristovam destaca debate sobre como superar a pobreza



“É preciso empregar para produzir” – assim o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) resumiu, na sexta-feira, as

conclusões do debate realizado na quinta pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas com o tema “Pobreza: como superar?”.

Segundo o senador, o debate concluiu que não adianta lutar apenas por equilíbrio ecológico enquanto grande parte da população continua na pobreza.

Os debatedores chegaram ainda à conclusão, conforme Cristovam, de que o crescimento econômico sem geração de emprego não resolve o problema da pobreza, bem como a simples transferência de renda não é suficiente para tal desafio.

– O que vai tirar as pessoas da pobreza são políticas públicas que as façam sair dessa condição – ressaltou o parlamentar.

### Gurgacz registra formatura em programa apoiado pela ONU

Acir Gurgacz (PDT-RO) anunciou a formatura de estudantes do ensino fundamental de Rondônia ligados ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). Serão realizadas solenidades em Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e São Francisco do Guaporé. O Proerd

tem apoio da Organização das Nações Unidas e já formou 600 mil alunos em Rondônia.

– São estudantes que receberam informações de instrutores e soldados da polícia militar sobre como se defender das drogas e não praticar atos de violência – informou o senador.

## ACONTECEU NAS COMISSÕES

### Aprovado na CAS, projeto que proíbe terceirização de atividades no serviço público vai à CCJ

O projeto de lei que proíbe o governo de terceirizar as atividades de natureza permanente, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira passada, vai agora ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). O autor é o senador Walter Pinheiro (PT-BA).

De acordo com o projeto (PLS 172/11), são consideradas atividades de natureza permanente os serviços de copa, vigilância, limpeza e conservação de edifícios públicos, os serviços de atendimento ao público – pessoal ou por meio eletrônico – de qualquer natureza, os serviços de varrição de vias e logradouros públicos e os serviços de coleta de lixo, “além de outras atividades atinentes ao objeto e funcionamento do ente da administração e que não tenham caráter eventual”.

Atualmente, a lei permite a terceirização das atividades desde que elas não estejam vinculadas à atividade-fim do órgão em questão. Walter Pinheiro argumenta que isso criou “um gigantesco contingente de trabalhadores de segunda classe – os terceirizados – que não dispõem, na prática, de qualquer proteção social”.

Muitas das prestadoras de serviço contratadas pelo governo “são entidades de fachada, verdadeiras arapucas cujo único fim é o de garantir a contratação pelos entes da administração pública”. Tais empresas, de acordo com o senador, “caracterizam-se pela sistemática denegação dos direitos trabalhistas de seus empregados e pela sonegação das contribuições e impostos decorrentes do contrato de trabalho”.

Entre as atividades que não estão incluídas na proibição, estão as relacionadas a obras, a serviços de natureza “puramente eventual” e a serviços de coleta, processamento e comércio de lixo reciclável efetuados por associações ou cooperativas for-

madas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda.

O projeto recebeu parecer favorável elaborado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

#### ACESSIBILIDADE

A proposta que visa facilitar o acesso dos deficientes visuais aos livros e aos caixas eletrônicos também foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais. Para ser transformado em lei, o texto ainda tem de passar por mais três comissões da Casa e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados.

A iniciativa teve origem em dois projetos de lei: o PLS 111/08, do ex-senador Flávio Arns, que trata do acesso aos livros; e o PLS 24/08, do ex-senador Expedito Júnior, que prevê a adaptação dos caixas eletrônicos. O relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), uniu os dois em substitutivo.

De acordo com o parecer aprovado, o governo terá um portal na internet para oferecer – por meio de arquivos digitais de áudio ou que permitam sua impressão no sistema braile – livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, Programa Nacional Biblioteca da Escola, Plano Nacional do Livro e Leitura “e por outros que forem criados com propósitos idênticos”. Além disso, também estariam no acervo as obras autorizadas pelos detentores dos respectivos direitos autorais e aquelas de domínio público.

Quanto aos caixas eletrônicos, o texto determina que “as instituições financeiras devem proporcionar às pessoas com deficiência visual ajudas técnicas que assegurem o acesso, com a devida privacidade, aos serviços e aos terminais eletrônicos de atendimento, (...) conforme padrões estabelecidos nas normas técnicas

de acessibilidade”.

No Senado, o projeto terá de ser analisado pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Educação, Cultura e Esporte (CE); e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Nessa última, será votada em decisão terminativa.

#### CADÁVER PARA PESQUISA

Atualmente, a lei permite que as escolas de Medicina utilizem – em estudos e pesquisas científicas – os cadáveres não reclamados no prazo de 30 dias. Para ampliar o número de faculdades e alunos que podem ter acesso a esses cadáveres, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, na mesma reunião, projeto de lei que estende esse direito a cursos como Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Odontologia. O projeto (PLS 64/08), que já havia sido aprovado na Câmara, onde teve origem, será agora votado pelo Plenário do Senado.

Quando apresentou a proposta, em 2007, o então deputado federal Alexandre Silveira argumentou que as faculdades que possuem cursos na área de saúde, incluindo o de Medicina, podem ter acesso a cadáveres, enquanto aquelas que não incluem o curso de Medicina não têm esse acesso devido a restrição legal.

Para retirar essa restrição, o projeto altera o artigo 2º da Lei 8.501/92. Da forma como está hoje, o artigo determina que “o cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de 30 dias, poderá ser destinado às escolas de Medicina, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico”.

Na Casa, o texto já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pela CE e, agora, pela CAS, com parecer favorável do senador Paulo Davim (PV-RN).



Jayme Campos preside discussão na CAS sobre acesso de pessoas com deficiência a livros e a caixas eletrônicos

### Campanha do Agasalho será encerrada amanhã

A solenidade de encerramento da primeira Campanha do Agasalho da Comunidade Senado Solidário ocorrerá amanhã, às 11h, no Memorial da Gráfica – Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).

Na ocasião, a diretora-geral, Doris Peixoto, e representantes dos setores que participaram da campanha farão um balanço das doações e entregarão os casacos e roupas arrecadados para os voluntários que irão distribuir o material a entidades

carentes selecionadas.

A campanha, realizada durante o mês de junho, foi desenvolvida pela Diretoria-Geral do Senado, em parceria com ILB, Seep, Interlegis, Cotran, Sams, Secs, Sindilegis, Prodases e gabinetes parlamentares.